



**MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos de Prestação de Contas
Ano de 2012**

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÓDIGO POCAL

13

TRIBUNAL DE CONTAS

28

**Documento
Nº. 2**

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento da alínea c) do n.º 2, art. 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002 e n.º 1 do art.º 47º. da Lei N.º. 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de prestação de contas do Município da Golegã, referente ao ano económico do ano de 2012.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como as instruções da 2ª. Secção do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução nº 4/2001.

Conforme dispõem os diplomas referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão



O Relatório de Gestão, tem como finalidade complementar, disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, de seguida vamos analisar as informações referentes ao exercício de 2012, da forma que se evidencia:

- a) - A situação económica
- b) - Indicadores da situação financeira
- c) - Evolução das dívidas nos últimos 3 anos, de curto, médio e longo prazos a terceiros
- d) - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício
- e) - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício

a) – SITUAÇÃO ECONÓMICA

No ano de 2012 registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

Descrição	Receita	Despesa
<i>Correntes</i>	4.449.953,01 €	4.266.321,55 €
<i>Capital</i>	3.213.229,37 €	3.467.902,56 €
Total	7.663.182,38 €	7.734.224,11 €

Descrição	Valores
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes	+ 183.631,46 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital	- 254.673,19 €
Diferença Total	- 71.041,73 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2011	109.698,00 €
Saldo do Exercício de 2012	38.656,27 €

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 183.631,46 € em relação às despesas correntes, verificando-se o princípio do equilíbrio orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL. De referir que este valor é, substancialmente superior ao registado na gerência do ano anterior.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 254.673,19 €, verificando-se que a poupança corrente foi totalmente absorvida para fazer face a despesas de investimento, havendo mesmo assim necessidade de recorrer ao saldo transitado da gerência anterior.

Resultou um diferencial total negativo da importância de 71.041,73 € que subtraído ao saldo transitado do ano de 2011 no valor de 109.698,00 €, originou um saldo em dinheiro na gerência de 2012 de **38.656,27 €**.

Em relação às previsões corrigidas o grau de execução da receita foi de 69,93%, verificando-se que a nível de receitas correntes, ultrapassou os 98,8%, o que é considerado ótimo, com valores acima aos verificados nos anos anteriores, pelo que fica demonstrada a preocupação em cada ano, em ajustar, convenientemente a execução à previsão.

A execução da Receita de Capital está, fortemente condicionada por fatores externos e de contexto económico, atingindo um valor de 49,4%. Embora o valor registado seja superior ao ano de 2011, referimos ter havido manifesta dilação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), traduzindo-se no atraso do financiamento de projetos e iniciativas.

Face à conjuntura económica desfavorável do País, continua a verificar-se dificuldade em encaixar receita de capital pela venda de bens patrimoniais

Ainda no âmbito da receita e com implicações na satisfação de compromissos na despesa, de referir a quebra bastante acentuada verificada nas transferências do Orçamento do Estado nos últimos anos.

A despesa total teve um grau de execução de 69,58% em relação às previsões corrigidas. Nas despesas correntes a execução foi de 86,6%. Nas despesas de capital foi de 56%. Valores acima dos registados no ano anterior, mas um pouco abaixo das expectativas criadas, embora justificadas por tudo o que foi referido anteriormente em relação à quebra significativa da receita.

Dos 4.266.321 euros pagos nas despesas correntes, cerca de 2,065 milhões de euros referem-se a pagamentos e encargos com o pessoal, representando cerca de 48,5% deste tipo de despesas e 26,7% em relação ao total geral da despesa.

O decréscimo drástico desta rubrica (cerca de 245 mil euros) deve-se, essencialmente às medidas do Orçamento de Estado para 2012 no que se refere ao corte dos subsídios de férias e de Natal nos salários dos funcionários e agentes.



De referir ainda, que o peso percentual das rubricas das despesas correntes decresceu, significativamente em relação ao ano de 2011, verificando que na soma destas despesas diminuiu 3,55%.

O peso das despesas de capital aumentou cerca de 84% em relação ao ano de 2011, motivado pela alta do investimento realizado (aquisição de bens de capital) que atingiu o valor total de 2,779 milhões de euros.

O total da despesa realizada teve um aumento de 1,427 milhões de euros, equivalente a 22,6%.

Para melhor leitura, seguidamente apresentamos, os mapas das receitas e despesas, bem como alguns gráficos:

ESTRUTURA NAS DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTAIS:

Em termos específicos verificaram-se os seguintes valores:

DESPESA ORÇAMENTAL:

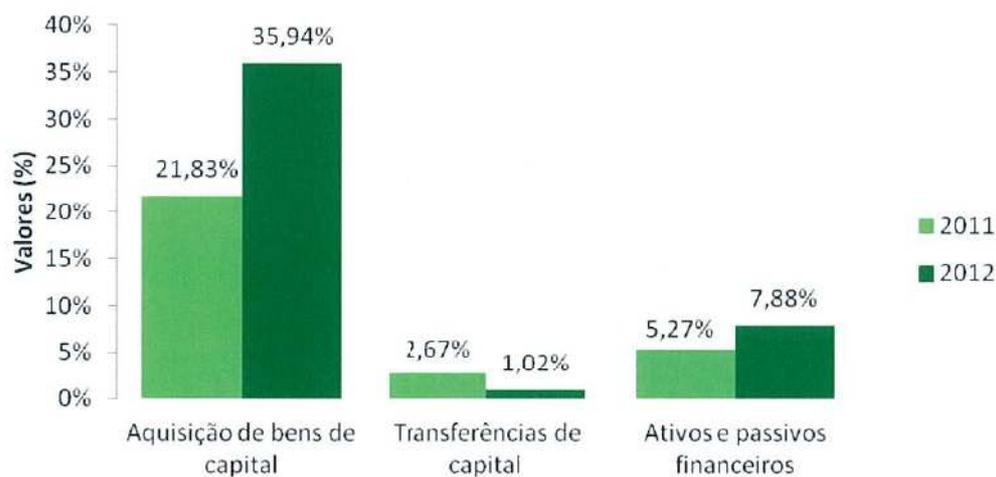
Em Euros

DESCRIÇÃO	Ano de 2012		Ano de 2011		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2.065.676	26,71%	2.310.928	36,64%	- 245.252	- 10,61%
02 – Aquisição de bens e serviços	1.798.244	23,25%	1.669.995	26,48%	128.249	7,68%
03 – Juros e outros encargos	26.678	0,34%	56.604	0,90%	- 29.926	- 52,87%
04 – Transferências correntes	327.101	4,23%	359.222	5,70%	- 32.121	- 8,94%
05 – Subsídios	11.638	0,15%	10.025	0,16%	1.613	16,09%
06 – Outras despesas correntes	36.984	0,48%	16.619	0,25%	20.365	122,54%
SOMA DESPESAS CORRENTES	4.266.321	55,16	4.423.393	70,13%	- 157.071	- 3,55%
07 – Aquisição de bens de capital	2.779.525	35,94%	1.377.145	21,84%	1.402.380	101,83%
08 – Transferências de capital	78.698	1,02%	168.357	2,67%	- 89.659	-53,26%
09 – Ativos financeiros	7.525	0,10%	6.346	0,10%	1.179	18,57%
10 – Passivos financeiros	602.155	7,78%	331.976	5,26%	270.179	81,39%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	3.467.903	44,84%	1.883.824	29,87%	1.584.079	84,09%
TOTAL GERAL	7.734.224	100,0%	6.307.217	100,0%	1.427.007	22,62%

Despesa Orçamental (despesas correntes)



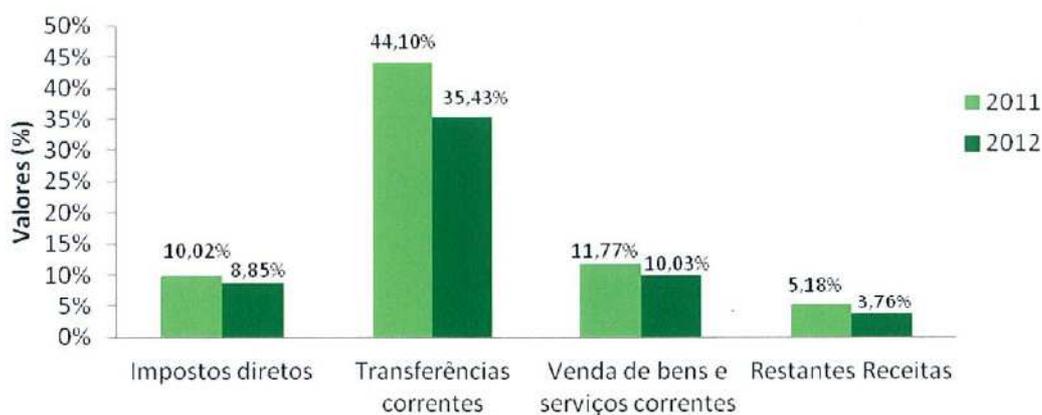
Despesa Orçamental (despesas de capital)



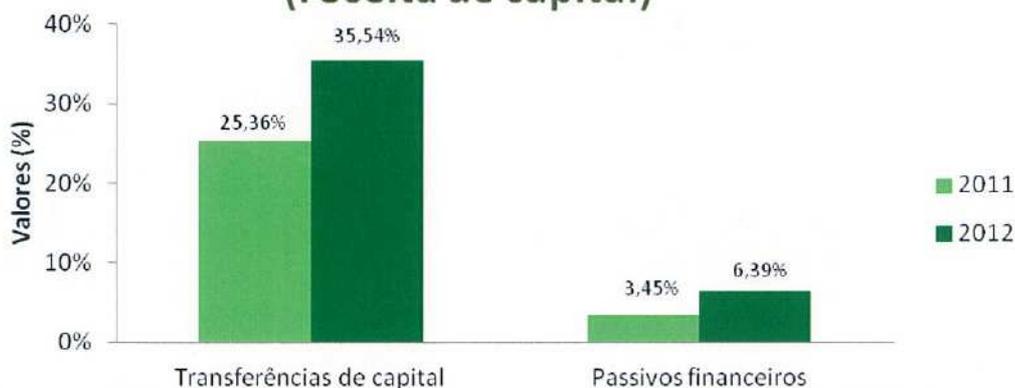
**RECEITA ORÇAMENTAL:**

Em Euros

DESCRIÇÃO	Ano de 2012		Ano de 2011		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos directos	678.163	8,85%	624.449	10,02%	53.719	8,60%
02 – Impostos indirectos	16.870	0,22%	17.630	0,28%	-760	-4,31%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	271.231	3,54%	303.397	4,87%	-32.166	-10,60%
05 – Rendimentos de propriedade	105	0,00%	362	0,01%	-257	-70,87%
06 – Transferências correntes	2.714.991	35,43%	2.748.305	44,10%	-33.314	-1,21%
07 – Venda de bens e serviços correntes	768.587	10,03%	733.603	11,77%	34.984	4,77%
08 – Outras receitas correntes	0	0,00%	1.372	0,02%	-1.372	-100,00%
SOMA RECEITAS CORRENTES	4.449.953	58,07%	4.429.118	71,07%	20.835	0,47%
09 – Venda de bens de investimento	360	0,00%	7.586	0,12%	-7.226	-95,25%
10 – Transferências de capital	2.723.532	35,54%	1.580.232	25,36%	1.143.300	72,35%
12 – Passivos financeiros	489.337	6,39%	215.000	3,45%	274.338	127,60%
SOMA RECEITAS CAPITAL	3.213.229	41,93%	1.802.818	28,93%	1.410.411	78,23%
TOTAL GERAL	7.663.182	100,00%	6.231.936	100,00%	1.431.246	22,97%

**Receita Orçamental
(receita corrente)**

Receita Orçamental (receita de capital)



Em conclusão, embora as contingências desfavoráveis enunciadas, tanto a despesa como a receita tiveram um aumento considerável, motivado respetivamente pelo aumento do investimento e das transferências do QREN.

No mapa seguinte destacamos os programas mais relevantes do ano de 2012, inseridos no PPI – Plano Plurianual de Investimentos (parte das Grandes Opções do Plano), bem como a distribuição dos respetivos valores, comparando-os com o ano de 2011.

Designação	Ano 2012	Ano 2011
FUNÇÕES GERAIS:		
- Serviços Gerais de Administração Pública	146.183,49 €	247.138,29 €
FUNÇÕES SOCIAIS:		
- Educação	49.140,52 €	148.805,77 €
- Saúde e Ação Social	129.730,01 €	22.755,00 €
- Ordenamento do Território	81.098,99 €	26.741,46 €
- Abastecimento de Água e Saneamento	55.347,77 €	46.405,78 €
- Proteção do Meio Ambiente – Conservação da Natureza	41.777,17 €	38.952,02 €
- Cultura e Juventude	43.633,55 €	64.479,70 €
- Desporto, Recreio e Lazer	54.344,48 €	27.892,15 €
FUNÇÕES ECONÓMICAS:		
- Indústria e Energia	408.105,89 €	264.591,02 €
- Transportes e Comunicações	294.310,42 €	92.850,75 €
- Turismo – Desenvolvimento e Promoção	1.464.498,28 €	385.994,25 €



Confirma-se que as áreas de atuação da Autarquia continuam a ser as mais diversas e a canalização dos investimentos é feita de uma forma racional, responsável e criteriosa, tendo sempre em mente o aproveitar de todas as oportunidades de financiamento que nos surgem.

Nas Grandes Opções do Plano o nível de execução global foi cerca de 64% dos objetivos programados a médio prazo.

No que se refere ao documento PPI (Plano Plurianual de Investimentos), diretamente ligado aos bens de investimento do orçamento, verificou-se uma execução global de 55 %.

Estes valores foram, substancialmente superiores ao ano de 2011, no entanto, esta taxa de execução podia ter sido melhorada se as comparticipações QREN tivessem sido transferidas atempadamente para podermos efetuar os respetivos pagamentos.

O valor global do PPI executado no ano de 2012, foi de 2.779.524,83 euros, superior em mais de 1,4 milhões de euros em relação ao ano de 2011.

O valor executado no ano de 2012 foi distribuído por vários investimentos, dos quais destacamos os seguintes:

- <i>Construção do Centro de Saúde da Golegã</i>	<i>125.978,51 €</i>
- <i>Equipamentos Sociais Coletivos – Eficiência Energética</i>	<i>161.767,58 €</i>
- <i>Requalificação da Av. D. João III e zona envolvente</i>	<i>241.025,80 €</i>
- <i>Centro de Alto Rendimento – Desportos Equestres</i>	<i>1.266.645,42 €</i>
- <i>Reabilitação do Parque de Campismo</i>	<i>182.737,66 €</i>

Estes investimentos representaram mais de 70% do PPI e conforme se pode verificar, alguns deles transitaram para o ano de 2013: A construção do Centro de Saúde da Golegã e o Centro de Alto Rendimento – Desportos Equestres.

Na análise dos documentos de gestão dos últimos anos, verificou-se a preocupação do Município da Golegã em dotar o concelho de infraestruturas necessárias e básicas e, só depois efetuar intervenções noutras áreas também importantes para o desenvolvimento da nossa terra e das nossas gentes.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades mais relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano que tiveram no ano de 2012 o valor global de 4.010.008,28 euros.

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita á conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO - IMOBILIZADO

Em Euros

DESIGNAÇÃO		2012	2011	Diferença %
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO				
453	Outras construções e infra-estruturas	92.365	85.096	8,54 %
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	23.677	0	+ 100 %
459	Outros bens do domínio público	6.577.097	6.573.944	+ 0,05 %
445	Imobilizações em curso	9.200	9.200	0,0 %
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
431	Despesas de Instalação	158.613	155.689	+ 1,88 %
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	30.896	30.896	0,0 %
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.934	2.934	0,0 %
443	Imobilizações em curso	56.644	78.034	- 27,41 %
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
421	Terrenos e recursos naturais	2.418.767	2.392.017	+ 1,12 %
422	Edifícios e outras construções	21.055.059	19.889.751	+ 5,86 %
423	Equipamento básico	2.226.795	2.183.959	+ 1,96 %
424	Equipamento de transporte	431.402	418.670	+ 3,04 %
425	Ferramentas e utensílios	206.802	134.862	+ 53,54 %
426	Equipamento administrativo	930.532	916.580	+ 1,52 %
429	Outras imobilizações corpóreas	1.853.476	1.752.317	+ 5,77 %
442	Imobilizações em curso	1.883.775	841.758	+ 123,79 %
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1.120	1.120	0,0 %
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
411	Partes de capital	361.709	354.255	+ 2,10 %
TOTAL		38.320.863	35.821.082	+ 6,98%

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, verificou-se um aumento global de 2.499.781 euros, em relação ao ano de 2011, representando 6,98 %.

O aumento das imobilizações em curso foi derivado aos investimentos que ainda se encontram a decorrer e que, anteriormente foram referidos.

As Imobilizações Corpóreas são a estrutura do investimento municipal com maior peso, representando 81 % da estrutura total, valor, ligeiramente acima ao verificado no ano de 2011.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2012 é o seguinte:

Em Euros

Designação		Ano de 2012		Ano de 2011	
		Valores	%	Valores	%
61	Custo das matérias consumidas	199.682	3,68 %	255.053	4,64 %
62	Fornecimentos e serviços externos	1.569.440	28,89 %	1.606.714	29,26 %
64	Custos com pessoal	2.215.746	40,79 %	2.092.219	38,10 %
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	342.006	6,30 %	377.315	6,87 %
65	Outros custos e perdas operacionais	0	0	0	0
66+67	Amortizações e provisões do exercício	1.008.043	18,56 %	1.103.966	20,10 %
68	Custos e perdas financeiras	53.123	0,98 %	36.114	0,66 %
69	Custos e perdas extraordinárias	43.689	0,80 %	19.649	0,36 %
TOTAIS		5.431.729	100,00%	5.491.030	100,00%

Em termos percentuais, os custos diminuiram pouco mais de 1% em relação ao ano de 2011. Em termos de valores representaram 59.301 euros.

Os custos com pessoal representaram 40,79 % da estrutura de custos. Este aumento em relação ao ano anterior, deveu-se ao acréscimo dos encargos sociais, principalmente com a ADSE e a especialização do exercício seguinte em relação aos subsídios de férias e de Natal.

O peso das amortizações do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a cerca de um milhão e oito mil euros, valor abaixo ao registado no ano de 2011.

De referir ainda que os custos com as matérias consumidas, fornecimento e serviços externos tiveram um ligeiro decréscimo em valores globais, o que significa que esta Autarquia está no bom caminho no sentido de reduzir as despesas de funcionamento.

PROVEITOS

Em Euros

Designação		Ano de 2012		Ano de 2011	
		Valores	%	Valores	%
71	Venda e prestações de serviços	619.561	11,29 %	818.388	14,47 %
72	Impostos e taxas	969.582	17,67 %	906.617	16,02 %
74	Transferências e subsídios obtidos	3.664.524	66,77 %	3.771.963	66,68 %
78	Proveitos e ganhos financeiros	116	0,00 %	373	0,01 %
79	Proveitos e ganhos extraordinários	234.383	4,27 %	159.719	2,82 %
TOTAIS		5.488.166	100,00%	5.657.060	100,00 %

Na globalidade, registou-se uma redução dos proveitos em cerca de 169 mil euros, motivado pelas rúbricas: Venda e prestações de serviços; Transferências e subsídios obtidos, resultado da conjuntura económica recessiva que o País atravessa atualmente.

Este quadro evidencia, ainda a dependência face às receitas provenientes das transferências (66,77%), já que aqui se englobam as verbas dos fundos comunitários e as transferências provenientes da aplicação da Lei das Finanças Locais. No Exercício de 2011, esta dependência foi de 66,68%. Verifica-se um aumento ligeiro em termos percentuais, mas uma diminuição notável em relação aos valores – cerca de 107 mil euros.

b) – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Autonomia Financeira:

Fundos Próprios e Passivo	Ano de 2012	Ano de 2011
Passivo Total	947,72 %	810,39 %
Fundos Próprios	Ano de 2012	Ano de 2011
Activo Líquido	65,43 %	68,36 %

Liquidez Geral:

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	15,99 %	19,28 %

Solvabilidade:

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}}$	189,29 %	216,08 %

Capacidade do Endividamento:

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Capitais permanentes}}$	91,58 %	91,09 %

Estrutura do Endividamento:

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Dívidas a terceiros de curto prazo}}{\text{Fundos Próprios e Passivo}}$	4,53 %	5,65 %

Grau de Dependência:

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo}}{\text{Activo Líquido Total}}$	6,02 %	6,69 %

Rácios Orçamentais:

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Receita Total}}{\text{Despesa Total}}$	99,08 %	98,81 %

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Receitas Correntes}}{\text{Despesas Correntes}}$	104,30 %	100,13 %

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Receitas de Capital}}{\text{Despesas de Capital}}$	92,66 %	95,70 %

	Ano de 2012	Ano de 2011
$\frac{\text{Despesa com o Pessoal}}{\text{Despesa Total}}$	26,71 %	36,64 %

Os indicadores apresentados dão conta que o Município da Golegã possui uma boa estabilidade financeira e está, claramente em melhoria contínua em comparação com anos anteriores, apesar de alguns rácios terem baixado, ligeiramente. No entanto é de realçar a boa saúde orçamental e a possibilidade de aumentar a capacidade económica e de investimento da Autarquia.

Apesar da conjuntura económica e social, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das nossas disponibilidades.

Por outro lado, algumas alterações legislativas têm contribuído para que os assuntos financeiros sejam tratados com transparência e extremo rigor, para evitar derrapagens que tornam a estrutura vulnerável.

Sentimo-nos assim, tranquilos com os resultados obtidos.

c)- EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Caracterização da Dívida		2012	2011	2010
1	Clientes e utentes c/cauções	10.881,40 €	10.881,40 €	10.881,40 €
2	Estado e outros Entes Públicos	23.860,77 €	26.955,57 €	29.831,93 €
3	Outros credores-Op.deTesouraria	3.801,76 €	2.190,38 €	2.117,20 €
4	SOMA	38.543,93 €	40.027,35 €	42.830,53 €
5	Fornecedores c/c	698.009,00 €	866.997,39 €	1.095.350,59 €
6	Estado e outras Instituições	0,00 €	0,00 €	0,00 €
7	Outras Dívidas	25.557,40 €	24.431,10 €	48.483,45€
8	Fornecedores de imobilizado	566.945,28 €	641.722,71 €	649.426,84 €
9	Fornecedores de Leasing	17.247,66 €	33.363,38 €	49.051,57 €
10	SOMA	1.307.759,34 €	1.566.514,58 €	1.842.312,45 €
11	SUB-TOTAL (4 + 10)	1.346.303,27 €	1.606.541,93 €	1.885.142,98 €
12	- Empréstimos Contraídos	1.787.563,04 €	1.900.380,92 €	2.017.356,95 €
13	TOTAL GERAL	3.133.866,31 €	3.506.922,85 €	3.902.499,93 €

Deste mapa temos que excluir as importâncias a entregar ao Estado e outras Entidades através de movimentos de Operações de Tesouraria, conforme demonstra a soma do ponto 4, perfeitamente controlada mediante o saldo apresentado na respetiva conta.

A dívida está numa situação controlada representando um valor de 10,55% do Ativo Líquido do Município, valores inferiores aos anos anteriores, já que em 2009 este rácio era cerca de 15%, em 2010 cerca de 14% e em 2011, 12,34%.

A dívida total decresceu cerca 10,64% em relação ao ano de 2011 e mais de 19% em relação a 2010, facto relevante porque equivale a cerca de 769 mil euros.

Em relação aos empréstimos a médio e longo prazo registou-se uma diminuição em relação ao ano de 2011, em virtude de no ano de 2012 não termos recorrido a esta fonte de financiamento. Apenas, recorremos ao empréstimo de curto prazo liquidado no próprio ano de 2012 e que serviu para fazer face a pagamentos de faturas de investimentos participados.

Ainda a referir, que apenas foi utilizada pouco mais de 51% da nossa capacidade de endividamento.

d)- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Após análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, em conformidade com o Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, propõe-se que:

- 1- O Resultado Líquido do exercício no valor de **56.436,77** Euros seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.);
- 2- Posteriormente, se constituam reservas legais no montante de **2.821,84** Euros equivalente a 5% do Resultado Líquido do exercício (POCAL 2.7.3.5.).
- 3 – Não se efetua qualquer reforço do património previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL em virtude deste corresponder a mais de 20% do ativo líquido. No final do ano de 2012 correspondia a 63,85%.

e)- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2013 e após o encerramento do exercício de 2012 verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 362.000 Euros, para fazer face ao pagamento de faturas de imobilizado referentes, essencialmente a investimentos candidatados aos fundos comunitários.

Importante realçar a continuidade de execução de dois grandes investimentos: a construção do Centro de Saúde da Golegã e do Centro de Alto Rendimento cujos montantes pagos já ascenderam a 346.270,38 euros neste ano de 2013. Este valor representa mais de 61% do Plano Plurianual de Investimentos.

Através da publicação no Diário da República – 1ª. Série, Nº. 19, de 28 de Janeiro de 2013 da Lei nº. 11-A/2013, o nº. 5 do artº. 3º. definiu os novos limites territoriais do município da Golegã, devido à transferência da freguesia do Pombalinho.

Em conclusão, devido a uma conjuntura bastante difícil decorre o seguinte:

- Retração da atividade económica em Portugal, assim como noutros países da zona Euro com os estabelecemos relações comerciais, e que tal como nós estão sujeitos a um programa de ajustamento económico e financeiro, que funciona como um autêntico espantinho à autonomia das autarquias locais;
- Diminuição da receita por via da forte redução das transferências do Orçamento do Estado, acrescida da diminuição de receita própria com origem na atividade económica do setor da construção, na compra e venda de imóveis e no fornecimento de bens e serviços;
- Gestão rigorosa da despesa, onde tem havido todo o empenho no sentido de haver, cada vez mais, um melhor enquadramento dos recursos financeiros.

Ou seja, num cenário altamente desfavorável, nunca descorámos o investimento e o Município da Golegã alcançou resultados bastantes positivos no ano de 2012, a todos os níveis.

Temos a certeza que tudo fizemos para dar cumprimento às matérias em apreciação, declarando a nossa permanente disponibilidade, para prestar os esclarecimentos que surjam sobre este conjunto de documentos, agora elaborados.

Golegã, 10 de Abril de 2013.

O Presidente da Câmara,



(José Tavares Veiga Silva Maltez, Dr.)